

Aprova o curso de pós-graduação, em nível de especialização, em Direito Ambiental, segunda edição

O Reitor do Centro Universitário UNIVATES, no uso de suas atribuições estatutárias, considerando os ofícios 488 e 501/PROPEX/UNIVATES, de 05/10/2009 e de 16/10/2009, respectivamente, e a decisão do Conselho Universitário – CONSUN, de 03/11/2009 (Ata 09/2009),

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o curso de pós-graduação, em nível de especialização, em Direito Ambiental segunda edição, conforme projeto pedagógico e orçamento que seguem devidamente rubricados.

Art. 2º O centro de custos deste curso é 10303161.

Art. 3º A presente Resolução vigora a partir da data de sua assinatura, sendo revogadas as disposições em contrário.

Ney José Lazzari
Reitor do Centro Universitário
UNIVATES

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E JURÍDICAS - CCHJ
CURSO DE DIREITO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
– ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO AMBIENTAL**

2ª EDIÇÃO

Coordenação: Profª Ms. Luciana Turatti

Lajeado, agosto de 2009

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

1.1 Título: Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em nível de Especialização, em Direito Ambiental

1.2 Área de conhecimento: 6.01.00.00-1 – Direito

1.3 Forma de oferta: presencial

1.4 Amparo legal: CES – CNE – Res. 01/2007, de 08/06/2007

1.5 Departamento responsável: Centro de Ciências Humanas e Jurídicas

2. Justificativa

Nas últimas décadas o quadro brasileiro foi marcado por grande degradação dos recursos naturais, gerando crescente deterioração do meio ambiente e conseqüentemente da qualidade de vida da população.

Este crescimento pode estar associado à ineficácia dos instrumentos previstos na Carta Magna de 1988 e na legislação ambiental vigente, visto que parcela significativa da população não possui sequer condições de acesso à temática ambiental, incorrendo dessa forma em sua retirada dos momentos de decisão acerca da matéria ambiental.

Tal realidade também afeta o Vale do Taquari, o que pode ser comprovado por meio dos dados da Patrulha Ambiental da Brigada Militar, apresentados na tabela a seguir, relativos às ocorrências nos meses de janeiro, fevereiro e março dos anos de 2005 e 2006.

Tipo de dano	2005	2006
Flora	29	13
Fauna	33	24
Poluição	21	20

Fonte: Jornal O Informativo do Vale – Caderno do Meio Ambiente, ed. Junho 2006.

No mesmo sentido, pode-se referir o grande número de inquéritos civis instaurados no Ministério Público nas Comarcas de Lajeado e Estrela no período de 1995 a 2003, num total de 262, para apurar danos ao meio ambiente, o que reforça a necessidade de profissionais com conhecimento para o acompanhamento dos inquéritos com os empreendedores (Fonte: Pesquisa realizada na UNIVATES em 2005 – “Eficácia e aplicação dos Termos de Ajustamento de Conduta na solução dos problemas ambientais no Vale do Taquari”).

Verifica-se dessa forma que é preciso ultrapassar o modelo de Estado empregado no país ao longo das últimas décadas, alheio ao desenvolvimento sustentável, partindo-se para um modelo que torne efetivo o Estado Democrático de Direito e o Estado de Bem-Estar Ambiental.

Outrossim, não se pode deixar de observar as constantes inovações em relação aos temas ambientais, fruto de fatores científicos, tecnológicos, culturais e econômicos, que influenciam em nível global e local, e tornam extremamente necessária a atualização dos profissionais do direito e áreas afins, no tocante a esta área, inclusive como forma de melhor atender às necessidades da região, que conta com grande número de empresas e setores com interface nas questões ambientais e demanda crescente por operadores que atuem na área ambiental.

Devem-se citar ainda os setores públicos, que também carecem de profissionais com conhecimento na área ambiental, exercendo na região do Vale do Taquari 33 municípios o licenciamento ambiental de impacto local, tendo para isso uma estrutura que requer a assessoria direta de profissionais capacitados, condição esta imposta no

estado do RS pela Resolução CONSEMA 004/02.

Percebe-se assim que foram ampliados os horizontes da atuação profissional dos operadores do Direito e demais profissionais nessa área específica, deles exigindo constantes atualizações e maior especialização.

Comprova-se tal afirmação com os dados da primeira edição deste curso, posto que teve 15 alunos inscritos, dos quais muitos já vêm atuando na área ambiental ou em áreas conexas.

Ainda sobre a primeira edição cabe referir que as avaliações apresentadas pelos alunos foram extremamente positivas, tanto no que se refere ao corpo docente quanto à estrutura do curso.

Por fim, não se pode deixar de considerar a grande busca pelo Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento ofertado por esta Instituição e o fato de que a realização da Especialização em Direito Ambiental pode despertar o interesse para esse Mestrado.

Ainda nesse sentido, deve-se constatar a iniciativa de outras instituições de ensino na oferta de especializações em direito ambiental, dentre as quais cabe referir a PUCRS, UFRGS e FEEVALE, que já estão na segunda ou terceira edição de especializações semelhantes, tendo sempre preenchido o número de vagas ofertado.

Assim, a partir de plano pedagógico pautado pelo princípio do desenvolvimento sustentável, a ser posto em prática por corpo docente qualificado e com alto conceito na comunidade jurídica, o curso de especialização a ser oferecido a partir de abril de 2010 certamente atenderá aos anseios dos estudiosos do direito ambiental, vindo a preencher lacuna há muito sentida na área de cursos jurídicos na região.

3. Histórico da Instituição

3.1 Missão do Centro Universitário UNIVATES

Gerar, mediar e difundir o conhecimento técnico-científico e humanístico, considerando as especificidades e as necessidades da realidade regional, inseridas no contexto universal, com vistas à expansão contínua e equilibrada da qualidade de vida.

3.2 Princípios filosóficos

Apoiada no princípio da PLURALIDADE, que busca UNIDADE sem prejuízo da INDIVIDUALIDADE do Ser Humano, a UNIVATES defende:

- liberdade e plena participação;
- responsabilidade social;
- postura crítica perpassada pela reflexão teórico-prática;
- inovação permanente nas diferentes áreas da atividade humana;
- estímulo para a iniciativa individual e o desenvolvimento associativo e sustentável;
- interação construtiva entre Academia e Sociedade;
- autossustentabilidade.

3.3 Visão institucional

Ser uma Instituição de Ensino Superior reconhecida pela qualidade, onde se destacam os compromissos com a inovação, com o empreendedorismo e com os valores do associativismo.

3.4 Histórico

O Vale do Taquari, desde o início da colonização alemã e italiana, com o engajamento das forças vivas da comunidade e a exemplo do que vinha ocorrendo em outras regiões, notadamente nos vales do Rio dos Sinos e Caí, deu encaminhamento comunitário às iniciativas que diziam respeito à educação e ao ensino. A ideia e os

primeiros passos para estabelecer o ensino universitário no Vale do Taquari surgiram na Associação dos Ex-Alunos Maristas de Lajeado, em 1925.

Mais adiante, na década de 60, quando a região já contava com excelente equipamento e infraestrutura na Educação Fundamental, inclusive em diversas áreas profissionalizantes, também surgiu aqui, naturalmente, a aspiração à instalação do Ensino Superior. Em 06 de junho de 1964, ocorreu a assembleia de fundação da Associação Pró-Ensino Universitário do Alto Taquari – APEUAT, que, em 25 de novembro de 1968, obteve autorização do MEC para o funcionamento de uma extensão da Universidade de Caxias do Sul (UCS) em Lajeado. Assim, em 1969, foi determinada a extensão dos cursos de Letras - Licenciatura Plena, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis.

Em 16 de novembro de 1972, a APEUAT foi transformada em Fundação Alto Taquari de Ensino Superior - FATES, instituída nos termos da Legislação vigente e na forma da Lei nº 2.575, alterada pela Lei nº 2.777, de 12 de novembro de 1974. A FATES, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa, financeira e econômica, nos termos da Lei e conforme o seu Estatuto, com duração por tempo indeterminado, assumiu os cursos já instalados.

Em 16 de janeiro de 1975, a FATES obteve reconhecimento e passou a manter a Faculdade de Educação e Letras do Alto Taquari (FELAT), que tinha a incumbência de ministrar o curso de Letras. No ano seguinte, no dia 25 de junho, foi criada e reconhecida a Faculdade de Ciências Econômicas do Alto Taquari (FACEAT), que passou a ministrar os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, conforme Decreto nº 77.912/76. Mesmo mantidas pela FATES, as duas Faculdades possuíam regimentos próprios.

No início de 1985, com a agregação dos cursos de Ciências, Biologia e Matemática, a FELAT passou a denominar-se Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Alto Taquari (FECLAT). Em 13 de março de 1985, conforme Decreto nº 91.135/85, a FACEAT acrescentou o curso de Administração, e, a partir de novembro do mesmo ano, as duas Faculdades passaram a ter Regimento unificado.

Em 25 de fevereiro de 1991, o Conselho Estadual de Educação aprovou, conforme Parecer nº 67/91, o Regimento da Escola de 2º Grau da FATES e, em 08 de abril de 1991, iniciaram-se as atividades da Escola Municipal de 1º Grau Junto à FATES, em dependências cedidas pela Fundação ao município de Lajeado, por meio de comodato.

Em 1992, com a divisão do Estado em Conselhos Regionais de Desenvolvimento, a Instituição foi procurada pela Associação dos Municípios do Vale do Taquari - AMVAT para coordenar a organização e estruturação do Conselho local. A inserção regional torna-se cada vez mais efetiva.

A partir de 1993, a Instituição foi obtendo autorização para oferecer novos cursos de graduação, que hoje totalizam 36. Para acompanhar o crescimento da oferta de cursos e, conseqüentemente, atender aos alunos, foi ampliada e melhorada a sua infraestrutura (salas de aula climatizadas, construção da biblioteca central, aquisição de acervo bibliográfico, instalação de diversos laboratórios, estúdio de TV, além de espaços para recreação, descanso, lazer e prestação de vários serviços à comunidade acadêmica, e acesso à internet e serviços em rede). Também foi instalado o Polo de Modernização Tecnológica do Vale do Taquari – PMT/VT, hoje Unianálises, que desenvolve pesquisas e realiza análises técnico-científicas à população regional e, com isso, promove a melhoria da qualidade de vida da comunidade em geral.

Em 27 de fevereiro de 1997, o Conselho Nacional de Educação aprovou a fusão das duas Faculdades, conforme a Portaria Ministerial nº 248, surgindo, assim, a Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior - UNIVATES, com administração central e

estrutura universitária, que passou a ter responsabilidade sobre todos os cursos da FATES. Ao mesmo tempo, estreitava-se ainda mais o vínculo político entre a Instituição e o Vale do Taquari, por meio da participação das lideranças deste na constituição do Conselho Superior da UNIVATES e na eleição da Direção da Entidade Acadêmica.

O Decreto de 1º de julho de 1999 credenciou a UNIVATES como Centro Universitário, e o Centro foi recredenciado pela Portaria Ministerial nº 3.609, de 08/11/2004 - D.O.U. 09/11/2004. Em 16 de agosto de 2000, a FATES foi extinta, surgindo, conforme a Escritura Pública da Instituição nº 13.039-014, a Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social - FUVATES, que passou a ser a mantenedora do Centro Universitário UNIVATES, conforme Assembleia Geral ocorrida em 21 de outubro de 2000. Extinta a primeira fundação, o patrimônio e o compromisso de manutenção da UNIVATES foram repassados à nova fundação.

A FUVATES, sediada em Lajeado (RS), tem como área de abrangência a região denominada "Vale do Taquari", localizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul. Distante, em média, 150 quilômetros de Porto Alegre, com 4.867,0 Km² de área (1,73% da área do Estado do RS - 2005) e 319.538 habitantes (2,97% do Estado - Estimativa FEE 2005), a região situa-se às margens do rio Taquari e afluentes, na extensão compreendida entre os municípios de Arvorezinha e Taquari, estendendo-se, ao Oeste, até os municípios de Progresso e Sério e, ao Leste, até Poço das Antas e Paverama, com um total de 37 municípios, conforme últimas informações estatísticas do Banco de Dados Regional da UNIVATES (2006).

Organizada politicamente em torno de entidades como a Associação dos Municípios do Vale do Taquari - AMVAT e o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari - CODEVAT (cujo presidente é o Sr. Ney Lazzari, que também é Reitor da UNIVATES), a região caracteriza-se por discutir e planejar nesses foros as iniciativas de cunho socioeconômico e cultural de abrangência supramunicipal.

Cabem ser destacadas algumas ações: assinatura de diversos convênios com instituições nacionais e estrangeiras para a realização de atividades em parceria (intercâmbios, eventos, estação meteorológica etc.); realização de eventos como a Mostra de Ensino, Extensão e Pesquisa - MEEP, o Salão de Iniciação Científica - SIC e a Feira de Cursos; diversas homenagens da comunidade regional, como o Prêmio Alicerce Educação de 1998, destaque pelos relevantes serviços prestados na área; certificação ISO 9001 conquistada pela Central Analítica (2000); Serviço de Atendimento Jurídico (SAJUR), prestado por alunos do Curso de Direito, com orientação dos professores; Núcleo de Apoio Pedagógico (atendimento para alunos e professores); incubadora empresarial da Instituição (INOVATES); e Projeto Social da UNIVATES, envolvendo alunos dos cursos de Direito, Educação Física, Fisioterapia, Comunicação Social, Letras, Nutrição, Pedagogia, e um projeto multidisciplinar, que engloba Biologia, Educação Física, Enfermagem e Farmácia.

Também merecem destaque a criação do Centro de Treinamento em Tecnologia da Informação (CTTI) em parceria com a Associação Internacional dos Profissionais da Área de Telecomunicações (BICSI); a oferta do curso de extensão Gastronomia Gaúcha, com ênfase nas áreas de Operador de Restaurante e Gestor de Restaurante, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisa Cultural e Gastronômica (INAPECG); a coordenação e o desenvolvimento de programas ambientais, como o da Hidrelétrica Salto Forqueta, da Cooperativa Regional de Eletrificação Teutônia Ltda. - Certel, o monitoramento das enchentes e outros oriundos das pesquisas (várias linhas de pesquisa em diferentes segmentos ligados ao meio ambiente, para preservação).

Desde a sua criação, a UNIVATES prioriza e incentiva a participação comunitária, sendo agente propulsora do desenvolvimento regional, cabendo-lhe zelar constantemente pela atualização do seu programa de trabalho, por meio de sistemática

avaliação e atualização dos currículos dos cursos, da sondagem das necessidades regionais e da conseqüente implantação de novas atividades e novos cursos, nos níveis técnico, de graduação e pós-graduação. É uma instituição plural, democrática, preocupada com a qualidade daquilo que faz, comunitária e plenamente integrada com as questões do Vale, mantida pela comunidade da região e para a região.

4 Objetivos

4.1 Geral

Proporcionar a atualização e a ampliação do conhecimento jurídico e técnico na área do direito ambiental, primando-se concomitantemente pelo aprofundamento teórico e direcionamento prático dos ensinamentos ministrados no curso.

4.2 Específicos

- Proporcionar melhor qualificação para atuar na área ambiental, tanto no exercício da advocacia como na assessoria a empresas, administrações públicas e demais entidades;

- Aprofundar aspectos fundamentais do direito ambiental com especial ênfase na legislação ambiental vigente e no princípio constitucional do desenvolvimento sustentável;

- Propiciar, concomitantemente ao aprofundamento teórico das disciplinas, a preparação prática para a atuação nessa área do conhecimento jurídico, mediante o enfrentamento e a solução de questões envolvendo a temática ambiental nos seus diversos procedimentos e aspectos;

- Contribuir para um incremento, tanto qualitativo como quantitativo, de ações e pesquisas no campo do Direito Ambiental;

- Criar um ambiente propício à discussão das perspectivas do direito ambiental, considerando a legislação ambiental vigente e as tendências em termos de doutrina e legislação nacionais e internacionais, buscando formar futuros profissionais capazes de atuar com eficiência nesta área e com uma cultura de prevenção e solução responsável dos conflitos ambientais.

5. Público-alvo

Alunos egressos dos cursos superiores em Direito, Biologia, Engenharias ou áreas afins.

6. Concepção do programa

O curso foi elaborado tendo em vista a constante expansão e o desenvolvimento do Vale do Taquari, que, contando com grande número de empresas, entidades e administrações públicas com interface na área ambiental, há muito tem exigido competente e concentrada atuação dos profissionais do direito e áreas afins no que pertence ao direito ambiental.

Pretende-se realizar uma abordagem teórico-prática pautada pelos princípios constitucionais e na visão do direito ambiental como direito fundamental, tendo em vista especialmente a garantia de um ambiente equilibrado para as presentes e futuras gerações, razão de ser deste ramo da ciência do Direito.

Assim, sob o aspecto teórico, pretende-se ressaltar o viés constitucional do Direito Ambiental, considerando-se especialmente sua inserção em um Estado Democrático de Direito ou Estado de Bem-Estar Ambiental. Sob o aspecto prático, pretende-se proporcionar o enfrentamento e solução envolvendo conflitos individuais e coletivos, nos seus diversos procedimentos e aspectos, sem olvidar da advocacia preventiva, tão imprescindível na tentativa de evitar o surgimento de conflitos,

principalmente quando se trata de um direito fundamental de difícil reparação.

6.1 Competências e habilitações

Competência é algo mais do que conhecimento, mais do que construir alguma coisa; é saber fazer algo de forma segura, ou seja, ao ser posto diante de uma situação concreta, que se saiba o que fazer, resolver ou encaminhar solução ao caso.

Em face das características regionais e nacionais, das necessidades e expectativas da comunidade e das peculiaridades do curso, pretende-se caracterizar o egresso do curso como possuidor das seguintes competências:

- ✓ domínio dos fundamentos, da evolução e do conteúdo do Direito Ambiental;
- ✓ análise de problemas ambientais e apontamento de soluções judiciais ou extrajudiciais;
- ✓ interpretação do Direito Ambiental e sua aplicação nos âmbitos individual e coletivo;
- ✓ produção de novos conhecimentos e divulgação deles por meio de artigos científicos ou mesmo textos não científicos que possam trazer esclarecimentos à comunidade no âmbito do direito ambiental;
- ✓ compreensão da interdisciplinaridade da temática ambiental e dos instrumentos e técnicas para a sua aplicação nas realidades individual e coletiva.

7. Coordenação

- Professora Ms. Luciana Turatti
- Professora Concursada (Horista – Tempo Parcial), desde 1º/08/2005;
- Professora Horista desde 2003, ministrando a disciplina de Direito Ambiental nos cursos de Graduação em Direito, Gestão Imobiliária e Engenharia Ambiental e na Pós-Graduação em nível de Especialização da Instituição;
- Participante como Pesquisadora em projetos da área ambiental desenvolvidos na UNIVATES;
- Mestre em Direito na área de concentração em Direitos Sociais e Políticas Públicas.

8. Carga Horária

A carga horária total do curso é de 370 horas, das quais 24 são destinadas à Metodologia de Pesquisa, 10 à orientação individual por aluno e oito para Seminários.

Considerando as particularidades do curso e suas especificidades, a designação do número destinado às aulas práticas, individuais e em grupos ficará a critério do professor de cada disciplina.

9. Período e periodicidade

O período de oferta desta edição do curso é de abril de 2010 a março de 2012, sendo a periodicidade esperada de dois anos.

O início das aulas está previsto para 05/04/2010 e o término para 30/09/2011. As aulas ocorrerão às sextas-feiras, das 18h30min às 22h30min, e aos sábados, das 8h às 12h, havendo uma semana de intervalo após cada disciplina.

10. Conteúdo programático

Disciplina	Horas	Ementa	Bibliografia
Módulo: Seminário			
O Direito Ambiental na Sociedade de Risco	4	Apresentação do Curso, suas disciplinas (professores e ementas), seus objetivos, seus métodos de trabalho e os critérios	LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patrick. O Direito Ambiental na Sociedade de

Resolução 159/REITORIA/UNIVATES, de 05/11/2009

Disciplina	Horas	Ementa	Bibliografia
		parciais de avaliação comuns a todas as disciplinas (pontualidade e assiduidade). Palestra sobre o Direito Ambiental na Sociedade de Risco.	Risco . 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004 LEITE, José Rubens Morato. Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial . 2 ed. São Paulo: RT, 2003.
O Dever Fundamental ao Meio Ambiente	4	Palestra sobre o dever fundamental ao meio ambiente	MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura. Meio Ambiente: Direito e Dever Fundamental. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
Módulo: Teoria do Direito Ambiental			
Fundamentos do Direito Ambiental	28	Fundamentação do Direito Ambiental. Meio Ambiente. Evolução histórica da legislação brasileira. O paradigma emergente. Princípios constitucionais e ambientais. Perspectivas de interação do paradigma emergente com a base principiológica constitucional.	CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição . 6 ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2002, 1506 p. CAPRA, Fritjof. A Teia da Vida – Uma Nova Compreensão científica dos Sistemas Vivos . 4 ed. São Paulo: Cultrix, 1999, 256 p. MACHADO, Paulo Affonso leme. Direito Ambiental Brasileiro . 13 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005, 1092 p.
Bases técnico-teóricas para as ações ambientais	32	A origem e a evolução dos biomas terrestres e sua relação com os problemas ambientais da atualidade. Os diferentes biomas terrestres atuais e suas particularidades. A ação antrópica e a aceleração nos processos naturais de mudanças globais. As extinções e a sua relação ou não com a ação antrópica. Os eventos globais naturais e de origem antrópica (definições, origens e diferenciações). Aspectos/definições básicas relacionados ao estudo e avaliação da biodiversidade (ecossistemas, espécies nativas e exóticas, unidades de conservação, biopirataria, espécies ameaçadas e em extinção, valoração ecológica, estudos da paisagem etc.). As formas de conservação empregadas pelo homem na tentativa de manutenção das condições ambientais. A eficiência das atividades de preservação ambiental diante da realidade da “evolução dos biomas terrestres”.	TEIXEIRA, W.; Toledo, M.C.M.; Fairchild, T.R.; Taioli, F. 2003. Decifrando a Terra . Editora Oficina de Textos, São Paulo. 557 pág. ilustr. RICKLES, R. E. 1996. Economia da Natureza . Editora Guanabara-Koogan, Rio de Janeiro, 470 pág. ilustr.
Módulo: Transdisciplinaridade e Ambiente			
Direito Internacional Ambiental	16	As atividades humanas, relações internacionais e os problemas ambientais. A evolução da proteção	<u>SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e.</u> Direito Ambiental Internacional . Rio

Resolução 159/REITORIA/UNIVATES, de 05/11/2009

Disciplina	Horas	Ementa	Bibliografia
		ambiental na esfera internacional. A poluição e a noção de poluição transfronteiriça. Comércio e meio ambiente. O Princípio da Precaução e o comércio internacional. O papel das Organizações Não-Governamentais - ONGs na proteção internacional do meio ambiente.	de Janeiro: Thex, 1995. SOARES, Guido Fernando Silva. Direito internacional do meio ambiente: emergência, obrigações e responsabilidades. São Paulo: Atlas, 2001.
Avaliação de Impacto Ambiental	32	Relações entre Economia e Meio Ambiente, combinando perspectivas teóricas e práticas sobre o tema, a partir de duas abordagens. A primeira traz uma contextualização ampla sobre a questão ambiental e o desenvolvimento, à luz das transformações socioeconômicas contemporâneas. A segunda leva à discussão sobre as possibilidades e instrumentos de gestão econômico-ambiental para o desenvolvimento sustentável, com foco na atuação pública na área de Saneamento.	CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira. (org.) Avaliação e Perícia Ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999 PHILIPPI Jr., Arlindo. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole, 2005.
Direito Ambiental Constitucional	16	Contexto histórico anterior à CF/88. O meio ambiente no contexto da Constituição Federal de 1988, com ênfase para os princípios constitucionais ambientais, apontando as bases constitucionais do direito ambiental brasileiro. Competências dos entes federados em matéria ambiental. As bases constitucionais da responsabilidade penal, civil e administrativa das pessoas física e jurídica. Estrutura do direito ambiental sob o enfoque constitucional.	CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 6 ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2002. MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 13 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.
Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente	24	Instrumentos da política nacional do meio ambiente e do sistema nacional de meio ambiente: proteção ambiental no âmbito municipal e estudo das questões daí decorrentes. Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e seus objetivos. Sistema Nacional de Meio Ambiente, seus instrumentos e sua importância para a tutela judicial e extrajudicial do meio ambiente e sua inter-relação.	MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 13 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005. ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 8 ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005
Módulo: Proteção Ambiental: prevenção e reparação			
Direito Ambiental Penal e Processual Penal	24	A legislação penal que define o tipo penal é provida de sanção. Cultura brasileira: delinquente ambiental não é infrator social. A punibilidade em atendimento à proteção de bens jurídicos. Importância das questões do meio ambiente para a sociedade.	CARVALHO, Márcia Dometila Lima de. Fundamentação Constitucional do Direito Penal. Porto Alegre: Fabris, 1992. FREITAS, Vladimir Passos de. Crimes contra natureza. 6 ed. São Paulo: RT, 2000 SIRVINSKAS. Luís Paulo. Tutela Penal do Meio Ambiente. São Paulo: Saraiva, 1998

Resolução 159/REITORIA/UNIVATES, de 05/11/2009

Disciplina	Horas	Ementa	Bibliografia
Prevenção e Responsabilidade Civil Ambiental	24	Visão geral das teorias sobre a responsabilidade civil pelo dano ambiental e sua evolução incluindo a responsabilidade extrapatrimonial. Jurisprudência atualizada: acolhimento pelos Tribunais da responsabilidade civil pelo dano ambiental. Os instrumentos processuais de sua tutela, sob os prismas administrativo, trabalhista e processual civil. Responsabilidade civil quando houver risco para o meio ambiente.	CATALÁ, Lucía Gomis. Responsabilidade por Danos al Medio Ambiente . Pamplona: Arazandi Editorial, 1998. MIRRA, Álvaro Luiz Valery. Ação Civil Pública e a Reparação do Dano ao Meio Ambiente . São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.
Tutela Processual Civil Ambiental	24	Teoria e capacidade de análise na busca de um Direito comprometido com o meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável. Principais ações ambientais. Dificuldades de proteção ambiental no sentido de pensar e alcançar soluções e desenvolver o espírito crítico e reflexivo sobre os grandes temas processuais ambientais da atualidade. Novas estratégias de proteção processual do meio ambiente. Solução extrajudicial dos conflitos ambientais: compromisso de ajustamento.	FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Direito processual ambiental brasileiro . Belo Horizonte: Del Rey, 1996 VIANNA, José Ricardo Alvarez. Responsabilidade civil por danos ao meio ambiente: a luz do novo Código Civil . Curitiba: Juruá, 2004
Módulo: Temas atuais do direito ambiental			
Ética Ambiental e Direitos Humanos	12	Deveres relativos ao meio ambiente como deveres éticos e jurídicos e da ética como conhecimento prático.	BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra . 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2000 VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética . 26 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005
Direito Tributário Ambiental	16	Interesse ambiental no Direito Tributário. Fundamentos da tributação ecológica. Princípios do Direito Tributário aplicáveis ao Direito Ambiental. A extrafiscalidade como instrumento de proteção ambiental. Competências tributárias em matéria ambiental. Espécies tributárias potencialmente aptas à concretização do direito/dever fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: impostos, taxas e contribuições especiais ambientais.	BALLEIRO, Aliomar. Limitações constitucionais ao Poder de Tributar . 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997. NABAIS, José Casalta. O dever fundamental de pagar impostos . Coimbra: Almedina, 2004.
Direito Urbanístico e Ambiental e Patrimônio Cultural	32	O conceito contemporâneo de meio ambiente contempla a interação entre os elementos do ambiente natural – ar, água, solo, flora e fauna – com os elementos do espaço construído ou modificado pelo homem – patrimônio histórico-cultural, infraestrutura urbana, problemas urbanos, aspectos sociais e econômicos. No âmbito das cidades esta interação se apresenta de forma muito concreta, exigindo a construção de uma dogmática urbano-ambiental que contemple a emergência de um direito à	ALFONSIN, Jacques Tavora. O acesso a terra como conteúdo de direitos humanos fundamentais a alimentação e a moradia . Porto Alegre: Fabris, 2003. MUKAI, Toshio. Temas atuais de direito urbanístico e ambiental . Belo Horizonte: Fórum, 2004. SAULE JUNIOR, Nelson. Novas perspectivas do direito urbanístico

Resolução 159/REITORIA/UNIVATES, de 05/11/2009

Disciplina	Horas	Ementa	Bibliografia
		cidade, enraizado na Constituição de 1988. Visão abrangente dos principais elementos do direito urbano-ambiental. Ordenamento constitucional da política urbana e ambiental, da densificação concretizada pelas leis infraconstitucionais existentes, em especial do Estatuto da Cidade e da competência municipal para atuação na matéria.	brasileiro. Ordenamento constitucional da política urbana. Aplicação e eficácia do plano diretor. Porto Alegre: Fabris, 1997
Responsabilidade Social e Sistemas de Gestão Ambiental	24	Atuação e responsabilidades do setor privado em face das exigências ambientais na atualidade. Possíveis conflitos gerados a partir do comércio internacional de produtos e serviços. Postura da empresa perante os órgãos ambientais e o Ministério Público. Responsabilidade ambiental da empresa e de seus administradores nas esferas civil, penal e administrativa. Auditoria ambiental, seus objetivos e resultados para o alcance da gestão ambiental.	BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004 ALMEIDA, Fernando. Os desafios da sustentabilidade: uma ruptura urgente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007
Temas Emergentes do Direito Ambiental	24	Novos problemas ou assuntos na área do direito ambiental. Biossegurança. O atual contexto ambiental na sociedade de risco. Informação ambiental.	VARELLA, Marcelo Dias; BORGES, Roxana Cardoso Braileiro (orgs.) O novo em Direito Ambiental. Belo Horizonte: Del Rey, 1998 MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 13 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.
Metodologia Científica	24	Concepções e paradigmas que acompanharam a evolução da ciência. Pesquisa científica na construção do conhecimento: fundamentos, métodos e técnicas. Trabalho acadêmico científico: modalidades e organização formal.	BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da Pesquisa Jurídica. Teoria e prática da monografia para os cursos de Direito. 2.ed. São Paulo :Saraiva, 2002. BOAVENTURA, Edivaldo M. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004. LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Maria de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
Orientação	10		
TOTAL	370		

11. Corpo docente

Disciplina	Professor(a)	Titulação	Instituição de origem	Vínculo
O Direito Ambiental na Sociedade de Risco	Silvia Capelli	Promotora de Justiça, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do MP Estadual	Ministério Público Estadual	Visitante
O Dever Fundamental ao Meio Ambiente	Fernanda Luiza Fontoura Medeiros	Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais, Mestre e Doutora em Direito	Professora da PUCRS	Visitante
Fundamentos do Direito Ambiental	Luciana Turatti	Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais e Mestre em Direito	Professora da UNIVATES	Horista
Bases Técnico-Teóricas para as Ações Ambientais	André Jasper	Graduado em Ciências Biológicas, Mestre em Geociências, Doutor em Ciências e Pós-Doutor em Ciências Biológicas	Professor da UNIVATES	DP/40
Direito Internacional Ambiental	Luis Augusto Stumpf Luz	Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais, Mestre e Doutor em Direito	Advogado, professor da AJURIS, EMP e FEEVALE	Visitante
Avaliação de Impacto Ambiental	Odorico Konrad	Graduado em Engenharia Civil e Doutor em Engenharia Ambiental e Sanitária	Professor da UNIVATES	DP/40
Direito Ambiental Constitucional	Luciana Turatti	Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais, Mestre em Direito	Professora da UNIVATES	Horista
Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente	Jackson Muller	Graduado e Mestre em Ciências Biológicas	Diretor Técnico da Fepam, Professor da UNISINOS	Visitante
Direito Ambiental Penal e Processual Penal	Ricardo Ferreira Breier	Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais, Especialista em Direito e Doutor em Direito Penal	Advogado, Professor da FEEVALE	Visitante
Prevenção e Responsabilidade Civil Ambiental	Délton Winter de Carvalho	Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais, Mestre em Direito e Doutor em Direito	Advogado, Professor da UNISINOS e FEEVALE	Visitante
Tutela Processual Civil Ambiental	Stefani Bonfiglio	Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais e Mestre em Direito	Advogada, Professora da UNIVATES	Horista
Ética Ambiental e Direitos Humanos	Fernanda Pinheiro Brod	Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais e Mestre em Direito	Advogada e Professora da UNIVATES	DP/40
Direito Tributário Ambiental	Marciano Buffon	Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais, Especialista em Direito Empresarial, Mestre e Doutor em Direito	Advogado e Professor da UNIVATES e UNISINOS	Visitante
Direito Urbanístico e Ambiental e Patrimônio Cultural	Vanesca Buzelato Prestes	Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais, Especialista em Direito Municipal e Mestre em Direito	Procuradora do Município de Porto Alegre e Professora convidada da UFRGS	Visitante
Responsabilidade Social e Sistemas de Gestão Ambiental	Alexandre Zeni	Graduado em Administração e Mestre em Engenharia da Produção	Professor e Pró-Reitor Administrativo da FEEVALE	Visitante

Disciplina	Professor(a)	Titulação	Instituição de origem	Vínculo
Temas emergentes do Direito Ambiental	Luiz Ernani Bonesso de Araújo	Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais, Mestre e Doutor em Direito	Professor da UNISC e UFSM	Visitante
Metodologia Científica	Eduardo Périco	Graduado em Ciências Biológicas, Mestre em Genética e Doutor em Ecologia	Professor da UNIVATES	DP/40
Orientação				

Nota: Professores TC, TP e Horista = professores ligados à UNIVATES; professor visitante = professor convidado de outra IES.

12. Metodologia

O curso objetiva o aperfeiçoamento do campo de conhecimento em Direito Ambiental, dando ênfase à análise interdisciplinar, com foco especialmente voltado aos aspectos constitucionais de proteção ambiental, além de preparar especialistas para o exercício da atividade de advocacia, bem como para a consultoria jurídica em empresas, administrações públicas, associações e outras entidades. As aulas serão realizadas de forma expositiva, sendo também incentivada a realização de estudos de casos, trabalhos em grupo e seminários, nas diversas disciplinas. Para complementação das aulas expositivas, disponibiliza-se aos professores a tecnologia em uso na IES, havendo também a organização de palestras com profissionais das áreas para uma interação entre teoria e prática.

Da mesma forma serão realizadas visitas orientadas nas disciplinas de Bases Técnico-Teóricas para as Ações Ambientais e Avaliação de Impacto Ambiental, nas quais se pretende evidenciar “in loco” a teoria abordada no decorrer das disciplinas. Para tanto, serão visitadas áreas impactadas e em estado de regeneração ambiental, como pedreiras, áreas desmatadas, áreas com introdução de espécies exóticas e aterros sanitários.

13. Interdisciplinaridade

Pretende-se trabalhar doutrinas, conceitos e legislação ambiental sob os aspectos jurídico e técnico, sempre voltados para o princípio do desenvolvimento sustentável. Tais pontos serão abordados no decorrer das disciplinas, conforme suas respectivas ementas, e constituem necessária interdisciplinaridade do curso, para que este se apresente completo de acordo com os objetivos propostos.

14. Atividades complementares

Estão previstas visitas orientadas para as disciplinas de Bases Técnico-Teóricas para as Ações Ambientais e Avaliação de Impacto Ambiental.

15. Tecnologia

O Curso, por não ser a distância, não utiliza softwares e recursos tecnológicos específicos. Serão utilizados os laboratórios disponíveis na infraestrutura da Univates para as atividades práticas a serem desenvolvidas nas aulas, conforme plano pedagógico de cada disciplina.

Pode-se, ainda, contar com o apoio do sistema de educação a distância da Univates – Teleduc, para disponibilização de material e organização das aulas, a critério do professor de cada disciplina.

16. Infraestrutura física

O Centro Universitário UNIVATES conta com Setor de Atendimento ao Aluno

específico para a Pós-Graduação e Extensão. A Secretaria de Extensão e Pós-Graduação, além de manter os registros dos cursos e alunos, atende aos professores e alunos da Pós-Graduação.

A Instituição possui 22 laboratórios que podem ser utilizados pela pós-graduação, dos quais cabem destacar, para este curso, os laboratórios de Informática e a Biblioteca.

Os laboratórios de Informática possuem 510 microcomputadores, sendo em sua maioria Intel Pentium D 2.8Ghz, 1 Gb RAM, HD 80 Gb, CD-RW/DVD-R, monitores de 15' e 17' (convencionais ou LCDs). Os principais softwares existentes são: BrOffice, OpenOffice, Mozilla Firefox, Internet Explorer, Acrobat Reader, FreeZip, 7 Zip, AVG (antivírus), Autocad, Dietwin, Gimp, Corel Draw, Mplayer, GmPlayer, Xine, Real Player, entre outros. Todos os computadores estão conectados à Internet. São oferecidos, ainda, aos usuários e-mail gratuito e espaço de 50Mb no servidor da Instituição para armazenamento de arquivos pessoais e *homepages*.

A Biblioteca da UNIVATES é central e ligada à rede mundial de computadores, com 23 computadores disponíveis aos usuários, sendo um deles destinado aos portadores de deficiência e um às pesquisas das bases de dados assinadas da EBSCO. A Biblioteca Digital da Univates (www.univates.br/bdu) conta com 28 dissertações do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento – PPGAD e cinco dissertações do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Exatas - PPGECE.

TABELA 01 - Resumo do acervo bibliográfico da Biblioteca Central

Área/Assunto	Títulos	Volumes
Administração Pública/Governo/Assuntos Militares	255	395
Agricultura, Silvicultura, Zootécnica	434	953
Anuário/Censo/Balanço/Catálogo/Relatório/Governo	442	571
Artes, Urbanização/Arquitetura/Música	1.202	2.204
Assistência Social, Seguros	65	144
Astronomia, Geodesia, Física	569	1.441
Biografia	425	570
Botânica	293	456
Ciência Política	806	1.286
Ciências Biológicas/Antropologia	594	1.908
Ciências Domésticas, Economia Doméstica	199	518
Ciências Puras, Matemática, Estatística	1.677	3.810
Comércio Exterior	584	1.460
Contabilidade	715	2.522
Direito, Legislação, Jurisprudência	5.871	13.867
Economia	2.804	5.605
Educação Física (Esportes/Divertimentos)	896	3.059
Educação, Pedagogia	2.987	6.382
Engenharia/Tecnologia em Geral	448	1.108
Ética	124	219
Filologia e Linguística	1.831	4.067
Filosofia	584	1.062
Generalidades/Biblioteconomia/Informação	862	1.892
Geografia	278	504
Geologia, Meteorologia	101	219
História	1.382	2.568
Indústria Gráfica/Tipografia/Editoração	54	138
Informática	858	2.131
Literatura	1.643	2.537

Resolução 159/REITORIA/UNIVATES, de 05/11/2009

Área/Assunto	Títulos	Volumes
Literatura Brasileira	3.567	5.724
Literatura Estrangeira	2.544	3.511
Lógica/Epistemologia	149	287
Medicina (Enfermagem e Farmácia)	2.120	7.429
Monografia/Projetos/Teses/Dissertações/Especialização/Folhetos/Projeto Es	2.106	2.186
Normas Técnicas/Normas	237	358
Organização/Administração	3.880	10.270
Paleontologia	12	40
Psicologia	886	1.921
Publicidade/Propaganda/Relações Públicas	331	572
Química Industrial, Ofícios e Artes	414	1.192
Química, Mineralogia	307	993
Referência	611	1.749
Religião, Teologia	261	391
Sociologia, Sociografia/Etnologia/Folclore	537	1.073
Telecomunicações	53	94
Transportes	17	36
Zoologia	136	359
Total	47.151	101.781

Além dos títulos de livros listados acima, a Biblioteca possui assinatura das bases de dados *Academic Search Elite*, *Business Source Elite*, *Regional Business News*, *GreenFILE*, *Environment Complete Information Science & Technology Abstracts (ISTA)* da EBSCO e outras bases de dados de acesso livre, como *Scientific Electronic Library On-line* - SCIELO, Periódicos Eletrônicos em Psicologia – PePSIC, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD e o Portal de Acesso Livre CAPES.

TABELA 02 - Publicações correntes e não-correntes do acervo

Área	Publicações correntes	Publicações não-correntes
Ciências Humanas	59	156
Ciências Sociais Aplicadas	168	460
Ciências Biológicas	17	19
Ciências Exatas e da Terra	17	42
Engenharia	21	23
Ciências da Saúde	50	31
Ciências Agrárias	5	8
Linguística, Letras e Artes	21	56
TOTAL	353	795

17. Critério de seleção

A seleção será feita mediante análise da documentação entregue, observada a titulação mínima exigida, que é a de Formação Superior em Direito, Biologia, Engenharia e demais áreas afins.

Os documentos exigidos para o ingresso no curso são o diploma de graduação, histórico escolar, título eleitoral, quitação com o serviço militar, *curriculum vitae*, foto 3x4, quitação com a justiça eleitoral.

Em havendo número de candidatos superior ao número de vagas oferecidas, será realizada uma seleção por meio de modalidades complementares de avaliação, dentre as quais entrevista e análise do perfil do aluno. Tal processo de seleção é da responsabilidade de uma comissão examinadora indicada pela Coordenação do Curso.

18. Sistemas de avaliação

18.1. Avaliação do desempenho do aluno

A avaliação de cada disciplina pode envolver provas, seminários, artigos e/ou trabalhos, a critério do respectivo professor.

Ao final de cada disciplina, o professor atribui ao aluno o grau que expressa seu rendimento, compreendido na escala a seguir.

TABELA 3 – Conceitos de Avaliação

Grau	Expressão
A	90 a 100% de aproveitamento
B	80 a 89% de aproveitamento
C	70 a 79% de aproveitamento
D	Aproveitamento inferior ao mínimo descrito acima
E	Reprovado por frequência inferior a 75%

Fonte: Manual de Pós-Graduação da Univates.

18.2. Aprovação no curso

A UNIVATES expede certificado de especialista em Direito Ambiental a que fazem jus os alunos que tiverem obtido aproveitamento igual ou superior a C em todas as disciplinas do currículo, bem como no trabalho de conclusão, assegurados nos cursos presenciais pelo menos 75% de frequência.

18.3. Reprovação em uma disciplina

O aluno que registrar frequência inferior a 75% nas aulas do curso e/ou alcançado aproveitamento inferior a C em uma disciplina é considerado reprovado.

19. Controle de frequência

As frequências são registradas em Cadernos de Chamadas por disciplina que, ao final da disciplina, são assinados pelos respectivos professores. O registro de presença segue regulamentação interna da Instituição.

20. Trabalho de conclusão

Os trabalhos de conclusão do curso serão apresentados na forma de monografia final ou artigo científico, a ser entregue até o dia 25/11/2011, e têm por objetivo:

- aprofundar temas abordados nas disciplinas, visando a completar a formação científica dos alunos, por meio de trabalho de pesquisa, seguindo a metodologia proposta na disciplina de Metodologia Científica;
- coletar e organizar dados, fazer diagnósticos e encaminhar soluções compatíveis com a realidade socioeconômica do Vale do Taquari e/ou outras regiões;
- divulgar as informações obtidas por meio de artigo científico a ser publicado em periódicos.

Os trabalhos não serão submetidos à banca examinadora. A avaliação será feita por uma comissão de 02 (dois) professores, dentre os quais o professor orientador de cada aluno e um professor convidado. A soma das duas notas será dividida por dois,

resultando na nota final do trabalho de conclusão, cuja publicação será feita mediante conceito, sendo o conceito A expedido para os alunos que obtiverem nota de 9,0 a 10, B para os alunos que obtiverem nota de 8,0 a 8,9, C para aqueles que obtiverem nota de 7,0 a 7,9 e D para os alunos que obtiverem nota inferior a 7,0, reprovando este último conceito o aluno.

A apresentação de artigo científico deve ser acompanhada de documento (e-mail ou carta) que comprove sua remessa para uma revista científica.

O aluno que não apresentar ou for reprovado no trabalho de conclusão receberá atestado das disciplinas cursadas, sendo o certificado de especialista em Direito Ambiental somente concedido ao aluno que, além de obter a aprovação nas demais disciplinas do curso, também obtiver aprovação no trabalho de conclusão.

20.1 Procedimentos

Os trabalhos de conclusão se articulam com as linhas institucionais de pesquisa e, para a elaboração, seguem o Guia Prático da UNIVATES para trabalhos acadêmicos e as disposições da Resolução 60/REITORIA/UNIVATES, de 17 de agosto de 2000.

Os artigos científicos devem seguir as orientações de apresentação das revistas e/ou editoras para as quais serão submetidos.

20.2 Áreas ou linhas prioritárias

O curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização em Direito Ambiental objetiva o aperfeiçoamento do campo de conhecimento nesta área do Direito, dando ênfase à análise interdisciplinar, focalizando aspectos do direito constitucional, direito coletivo ambiental, processual civil e penal ambiental. As linhas de pesquisa, com respectivos orientadores, estão discriminadas quadro abaixo.

TABELA 4 – Linhas Prioritárias para Monografia

Linhas de pesquisa	Orientadora(es)
Direito Coletivo Ambiental	Mestre Stefani Bonfiglio Doutor Marciano Buffon Mestre Luciana Turatti
Direito Constitucional	Mestre Luciana Turatti
Direito Processual Ambiental	Mestre Stefani Bonfiglio
Temas Emergentes do Direito Ambiental	Mestre Luciana Turatti
Ética Ambiental	Mestre Fernanda Pinheiro Brod
Transdisciplinaridade e meio ambiente	Doutor André Jasper Doutor Odorico Konrad

20.3 Competências

20.3.1 Do aluno

Participar das reuniões de orientação e cumprir os prazos das atividades previstas durante a produção do trabalho final e artigo, definidos pela coordenação e orientadores.

20.3.2 Dos professores orientadores

Auxiliar na escolha da linha de pesquisa e temas, bem como na escrita e no desenvolvimento do artigo científico.

21. Certificação

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação confere Certificado de Pós-Graduação aos alunos aprovados no curso, seguindo todos os requisitos da Resolução nº 1, de 08/06/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

O aluno aprovado no curso receberá o certificado de **Especialista em Direito Ambiental**.

22. Indicadores de Desempenho

22.1. Avaliação de disciplinas

O acompanhamento e a avaliação de cada disciplina são feitos pela Coordenação do Curso, ao término de cada disciplina, por meio da análise da adequação entre o programa proposto, a prática docente, os recursos, a bibliografia e a avaliação desenvolvida.

Procurar-se-á estimular a produção científica, sendo os trabalhos finais de cada disciplina que obtiverem conceito A recomendados à publicação na forma de artigo científico, a partir da indicação de cada professor.

22.2. Avaliação do curso

A avaliação do curso será feita utilizando-se da metodologia quali-quantitativa, por meio da análise dos certificados emitidos pela Instituição e dos conceitos atribuídos às monografias dos alunos.

O resultado do Curso é considerado ótimo no caso de:

- no mínimo 90% dos alunos matriculados obtiverem o título de Pós-Graduação *Lato sensu*;

- no mínimo 70% das monografias receberem conceito A ou B.

23. Relatório

Na área de Direito, a UNIVATES já promoveu oito cursos, dois em convênios, um com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em Direito Civil – Obrigação e Coisas, e outro com a Universidade de Caxias do Sul (UCS), em Teoria Geral do Processo. O primeiro curso na área de Direito promovido pela UNIVATES foi Advocacia Civil e Processual Civil. O número de alunos desses cursos, bem como o dos concluintes e egressos da Instituição que realizaram e realizam o curso, estão expressos na tabela abaixo. Cabe referir ainda que atualmente existe um curso em andamento na área do Direito do Trabalho e Previdenciário.

TABELA 5 – Número de alunos da Pós-Graduação em Direito

Curso	Ano	Inscritos	Concluintes	Egressos
Direito Civil – Obrigação e Coisas	1996/1997	26	26	0
Teoria Geral do Processo	1998/1999	22	19	0
Advocacia Civil e Processual Civil	2000/2001	26	22	0
Direito Empresarial	2004/2005	37	25	5
Direito do Trabalho, Previdenciário e Processo do Trabalho	2006/2007	37	24	9
Direito Ambiental	2007/2008	15	-	6

Resolução 159/REITORIA/UNIVATES, de 05/11/2009

Direito do Trabalho, Previdenciário e Processo do Trabalho (2ª edição)	2008/2009	42	-	17
Processo Civil	2008/2009	20	-	7

Fonte: Secretaria de Extensão e Pós-Graduação.

De acordo com os dados estatísticos dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* oferecidos pela UNIVATES desde 1997, espera-se uma média de retenção de alunos acima de 80% e uma média de evasão de 7%.

O relatório do presente curso deverá estar pronto até 30/03/2012, prazo no qual se finda a periodicidade esperada para o presente curso, considerando a entrega das monografias até 25/11/2011.

24. Orçamento

Planilha anexa conforme a Resolução 137/REITORIA/UNIVATES, de 2008.

Resolução 159/REITORIA/UNIVATES, de 05/11/2009

ORÇAMENTO-PADRAO DOS CURSOS DE POS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO AMBIENTAL

Coordenação	Luciana Turatti
Centro de Custos	10303161
Carga Horária do Curso	370
Nº de Alunos Previsto	15
Valor da Inscrição	R\$ 50,00
Valor da Mensalidade	R\$ 260,00
Nº de Parcelas	24
Valor Total do Curso:	R\$ 6.240,00
Data do Pagamento da Matrícula	10.04.09
Pagamento (sem matrícula)	Início: Mai 09 Término: Mar 11

RESULTADOS			
	Totais	AV	Unitários
Receitas	R\$ 94.350,00		R\$ 6.290,00
(-) Cancelamentos e Trancamentos	R\$ 0,00		R\$ 0,00
= Receita Líquida	R\$ 94.350,00	100,00%	R\$ 6.290,00
(-) Descontos Concedidos	R\$ 6.240,00	6,61%	R\$ 416,00
(-) Gastos Variáveis	R\$ 8.942,71	9,48%	R\$ 596,18
= Margem de Contribuição	R\$ 79.167,29	83,91%	R\$ 5.277,82
(-) Gastos Fixos Diretos	R\$ 54.989,07	58,28%	R\$ 3.665,94
= Margem Direta	R\$ 24.178,22	25,63%	R\$ 1.611,88
(-) Gastos Fixos Indiretos	R\$ 63.412,58	67,21%	R\$ 4.227,51
= Resultado do Curso	(R\$ 39.234,36)	-41,58%	(R\$ 2.615,62)

Margem Mínima - Resolução... 15,00%

Ponto de Equilíbrio Contábil [1] = R\$ 118.401,65 / R\$ 5.277,82 = 22 Alunos

[1] É o ponto onde as receitas totais se igualam aos gastos totais.

Ponto de Equilíbrio Econômico [2] = R\$ 132.664,15 / R\$ 5.277,82 = 25 Alunos

[2] É o ponto onde as receitas totais se igualam aos gastos totais e à margem necessária.

SOLICITAR ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA PARA A CONTABILIDADE	
Encargos Sociais sobre Remuneração	1,5
% Previdência Privada sobre Remuneração e Encargos	3,1414%
% Benefícios Diversos sobre Remuneração e Encargos	0,7025%
Gasto Indireto por Hora-Aula por Aluno	R\$ 5.964,4
Custo Adicional por Turma para Utilização de Salas Especiais	R\$ 2.072,32
Número Médio de Alunos por Turma na Univates	29

ORÇAMENTO-PADRAO DOS CURSOS DE POS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO AMBIENTAL

Simulação: 301,48

RECEITAS BRUTAS			
Receitas direta ou indiretamente obtidas em decorrência dos serviços prestados.			
	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Mensalidades	15 Alunos	R\$ 6.240,00	R\$ 93.600,00
Inscrições	15 Alunos	R\$ 50,00	R\$ 750,00
			R\$ 0,00
TOTAL DAS RECEITAS BRUTAS			R\$ 94.350,00

DESCONTOS CONCEDIDOS					
Descontos ou abatimentos concedidos aos alunos.					
	% de Alunos	Quantidade	% de Desconto	Valor Unitário	Valor Total
Aluno Egresso	0,00%	0	10,00%	R\$ 624,00	R\$ 6.240,00
Pagamento à Vista	0,00%	0	10,00%	R\$ 624,00	R\$ 0,00
Funcionários 44hs	0,00%	0	30,00%	R\$ 1.872,00	R\$ 0,00
Funcionários 40hs	0,00%	0		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Funcionários 30hs	0,00%	0		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Professores 40hs	0,00%	0	50,00%	R\$ 3.120,00	R\$ 0,00
Professores 30hs	0,00%	0		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Professores 20hs	0,00%	0		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DOS DESCONTOS CONCEDIDOS					R\$ 6.240,00

GASTOS FIXOS DIRETOS				
Gastos perfeitamente identificados ao curso e que não alteram em função do número de alunos.				
	Quantidade	Valor Unitário (s/encargos)	Encargos	Valor Total
Horas Docência – Doutor (TI/TP/HORISTA)	104	R\$ 55,56	1,50	R\$ 6.667,36
Horas Docência – Mestre (TI/TP/HORISTA)	64	R\$ 52,98	1,50	R\$ 5.086,08
Horas Docência – Especialista (TI/TP/HORISTA)	0	R\$ 51,44	1,50	R\$ 0,00
Coordenação	240	R\$ 31,11	1,50	R\$ 11.199,60
Previsão de aumento de salário – próximo ano 1	a partir de	Abr-10	6,00%	R\$ 673,73
Previsão de aumento de salário – próximo ano 2	a partir de	Abr-10	6,00%	R\$ 673,73
SUB-TOTAL HORAS FOLHA DE PAGAMENTO				R\$ 26.300,50
Benefícios Diversos			0,70%	R\$ 184,76
Previdência Privada			3,14%	R\$ 826,20
Palestrante	0	R\$ 0,00	1,20	R\$ 0,00
Horas Docência – Professor Visitante Dr	112	R\$ 92,00	1,20	R\$ 12.384,00
Horas Docência – Professor Visitante Ms	80	R\$ 82,80	1,20	R\$ 7.998,80
Horas Docência – Professor Visitante Esp	0	R\$ 80,00	1,20	R\$ 0,00
Despesas de Locomoção	24	R\$ 100,00	1,20	R\$ 2.880,00
Despesas de Locomoção (Longa Distância)	0	R\$ 180,00	1,20	R\$ 0,00
Hospedagem	24	R\$ 55,00	1,20	R\$ 1.584,00
Visitas	0	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Material de Consumo	1	R\$ 500,00		R\$ 500,00
Propaganda e Publicidade				R\$ 0,00
Folder e Divulgação	2.000	R\$ 0,60		R\$ 1.200,00
Comunicações Postais (envio de fôlderes)	2.000	R\$ 0,60		R\$ 1.200,00
TOTAL DOS GASTOS FIXOS DIRETOS				R\$ 54.989,07

GASTOS VARIÁVEIS				
Gastos perfeitamente identificados ao curso e que alteram em função do número de alunos.				
	Quantidade por aluno	Valor Unitário (s/encargos)	Encargos	Valor Total
Orientação de Monografias	10,0	R\$ 35,00	1,50	R\$ 7.875,00
Previsão de aumento de salário – próximo ano 1	a partir de	Abr-10	6,00%	R\$ 0,00
Previsão de aumento de salário – próximo ano 2	a partir de	Abr-10	6,00%	R\$ 0,00
SUB-TOTAL HORAS FOLHA DE PAGAMENTO				R\$ 7.875,00
Benefícios Diversos			0,70%	R\$ 55,32
Previdência Privada			3,14%	R\$ 247,39
Fotocópias	200	R\$ 0,12		R\$ 360,00
Material de Consumo	1	R\$ 15,00		R\$ 225,00
Pasta para Alunos	1	R\$ 12,00		R\$ 180,00
TOTAL DOS GASTOS VARIÁVEIS				R\$ 8.942,71

GASTOS FIXOS INDIRETOS				
Gastos da secretaria (são apropriados indiretamente, pois não podem ser identificados com o curso).				
	Nº horas	% de Utilização	Valor Unitário	Valor Total
Gasto Indireto por hora-aula/aluno	370	100,00%	R\$ 5,99	R\$ 63.210,99
Gasto Indireto Salas Especiais	36	9,73%	R\$ 5,84	R\$ 201,63
TOTAL DOS GASTOS FIXOS INDIRETOS				R\$ 63.412,58